

MIGRANTES, EMIGRANTES E “BRASILEIROS”

ESTRUTURAS SÓCIO - ECONÓMICAS E COMPORTAMENTOS SOCIAIS DIFERENCIADOS.

Miguel Monteiro

Comunicação apresentada no 2º Congresso
Histórico de Guimarães, 24-27 de Outubro
de 1996
Prémio História Local - Câmara Municipal de
Fafe - 1997

Na cidade de Fafe, existem evidências materiais e simbólicas que justificam, só por si, o estudo da emigração para o Brasil. As evidências visíveis são a consequência explícita dos investimentos daqueles que aí fizeram "fortuna" e que, em tempo de "torna - viagem" ou no seu regresso definitivo, aqui se instalaram.

Não ignoramos que a emigração se reflectiu em outras explicitações materiais dispersas, menos evidentes pelas trinta e seis freguesias do concelho, mas integradas no quadro dos mesmos pressupostos estratégicos de saída e retorno.

Para além do Brasil como destino predominante da emigração intercontinental, existiram outros destinos migratórios de carácter regional, particularmente para o Alentejo, que reflectiram, por sua vez, estratégias sociais e familiares particulares.

Estudar este fenómeno social, económico e cultural local, não é certamente conhecê-lo apenas através das evidências objectivas do retorno, ou exclusivamente na perspectiva das causas e dos efeitos quantitativos, mas, e necessariamente, compreender, através deles, as raízes estruturais da dinâmica dos diferentes comportamentos migratórios regionais e intercontinentais dos actores sociais.

Por isso, procurámos identificar o quadro geo - económico e social delimitado ao concelho e a sua relação com a construção da matriz determinante da migração e da emigração como comportamento social local, bem como a existência de estruturas sócio - económicas e simbólicas marcantes dos diferenciados comportamentos, face à saída e ao retorno.

Assim, encontrámos nas estruturas sociais, económicas, culturais e simbólicas, as evidências que justificaram diferenças na mobilidade e nas posições sociais e estruturas familiares na comunidade de origem, as motivações e estratégias de escolha dos itinerários.

Nas relações entre as estruturas sociais e as estratégias sócio - familiares, identificámos a escolha de diferentes trajectórias, procurando também os reflexos das motivações, formas e modos de representação do retorno, associadas às particularidades do percurso individual decorrentes da diferente "sorte" vivida, durante a experiência migrante.

Simultaneamente, procurámos inferir das estratégias e itinerários da emigração, cujo impacto predominante na freguesia e actual cidade de Fafe evidenciou novas formas de representação da reprodução social, tradicionalmente vistas como trajectórias de sucesso em tempo de retorno.

Tivemos em conta, para o estudo da migração (deslocação de pessoas dentro do espaço nacional) e da emigração (saída para destinos exteriores ao território nacional, considerando as colónias como um espaço distinto e particular), o contexto espacial delimitado ao território do concelho de Fafe, o enquadramento temporal delimitado aos anos de 1834 e 1926 e os condicionalismos do processo histórico, administrativo, económico e social então ocorridos, nomeadamente as que vieram a incluir no território concelhio, freguesias de outros concelhos.

A delimitação temporal referida teve em conta a originalidade das fontes do fundo local (registo de passaportes, termos de abono de identidade para emigrantes, fiança ao recrutamento, recenseamentos eleitorais e deliberações municipais), da responsabilidade da Administração do concelho, a qual correspondia, por mera coincidência, a dois momentos importantes de transformação de regime em Portugal: o Liberalismo e o Estado Novo. Outras fontes, nomeadamente as dos fundos eclesiásticos locais e de particulares, deram corpo e fundamentos indispensáveis ao nosso estudo.

Assim, definimos a problemática da nossa investigação do seguinte modo:

1- Em que medida a estrutura social influenciou a migração e a emigração para diferentes itinerários, entre 1834 e 1926?

2- Qual foi a importância da migração, da emigração e do retorno nas trajectórias de reprodução e/ou mobilidade social, bem como o surgimento da personagem do “Brasileiro” local?

1. INDIVÍDUOS, ESTRUTURAS SOCIAIS E MOBILIDADE

Os emigrantes, e os respectivos itinerários ou percursos de destino regional e intercontinental identificados na nossa pesquisa levaram-nos a concluir que tais escolhas mereciam cuidadosa análise.

Em primeiro lugar, porque tínhamos três tipos de registo de passaportes, que organizamos do seguinte modo: os naturais e/ou residentes no concelho de Fafe e que migraram com destino interno ou regional, entre 1834 e 1862; os naturais e/ou residentes em Fafe, que emigraram para destinos intercontinentais e que requereram passaporte na Administração do Concelho, entre 1834 e 1926; por último, os que, sendo naturais de Fafe, emigraram para destinos intercontinentais, com documentação do Governo Civil do Porto, entre 1836 e 1885, a quem nos referiremos como naturais de Fafe e residentes no Porto.

Através destas fontes procuramos caracterizar a população "migrante" natural e/ou residente em Fafe, pelo que a distinguia perante as diferentes opções de destino. Assim, descobrimos estar perante três tipos de população: os que, entre 1834 e 1862, se deslocavam no reino com diferentes finalidades; os que, sendo naturais no concelho de Fafe, requereram passaporte no Governo Civil do Porto, entre 1836 e 1885, para se ausentaram para destinos externos ou intercontinentais; por último, os que entre 1834 e 1926, como naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, requereram, na Administração concelhia, documentação para se ausentaram para destinos externos ou intercontinentais.

Cada um daqueles três tipos de população era diferente, quer no tempo de ausência de duração curta, expressa na autorização oficial, quando se dirigiam para destinos internos ou regionais, ou ausência de longa duração, implícita quando se referiam destinos externos ou intercontinentais.

Entre os anos de 1834 e de 1862, 3510 indivíduos naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, requereram guia de trânsito para se dirigirem para destinos regionais; entre 1834 e 1926, 7321 indivíduos declaram, junto da administração do concelho de Fafe, desejar sair para outros países ou continentes; entre 1836 e 1885, 1384 indivíduos requereram, junto do Governador Civil do Porto, documentação para sair para fora do país, como naturais do concelho de Fafe.

Assim, segundo os dados referidos, saíram para diferentes destinos um total de 12215 indivíduos naturais e/ou com residência no concelho de Fafe, de acordo com a distribuição supra - indicada.

Analisando os dados totais, tendo em conta os períodos em que ocorreram as saídas: 28 anos para as saídas regionais, 92 anos para as saídas com destinos externos dos naturais e/ou residentes em Fafe e 49 para o mesmo tipo de destino, mas naturais de Fafe e residentes no Porto, verificamos que as médias globais anuais foram, respectivamente, de 125,4; 79,6; 28,2.

Daqui se infere que a migração interna, com 125 saídas por ano, era uma vez e meia superior à emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe e cerca de três vezes superior à dos naturais de Fafe, mas residentes no Porto.

1.1. Estatutos sócio - profissionais da migração

Do total de 3510 requerentes de passaporte interno, apenas sabemos as profissões ou ocupações de 202, ou seja, 6% dos migrantes, correspondendo a 32 profissões ou ocupações diferentes.

Para uma mais fácil leitura das mesmas, organizámo-las em quatro classes ou categorias. Dado que nem sempre uma ocupação corresponde a uma profissão, tornava-se discutível estruturar uma classificação, porque, nas sociedades camponesas ou agrárias, os limites das ocupações não ligadas à terra, são difíceis de demarcar, já que quase todas as

ocupações rurais são exercidas complementarmente à agricultura e com quadros sociais distintos.

Encontramos cinco ocupações distintas ligadas à terra: proprietário - lavrador, lavrador - caseiro, trabalhador, jornaleiro e criado.

No contexto agrário, não basta fazer distinções entre proprietários, caseiros e jornaleiros, o que pressupõe conceitos de propriedade e não propriedade diferentes, bem como distintos processos de ligação individual e familiar à terra e, conseqüentemente lugares sociais diferenciados.

Interessa-nos aqui ver como estas designações surgem ligadas de forma diferente, quer na quantidade migratória, quer quanto aos destinos.

Por outro lado, e dado que o trabalho agrícola no Minho corresponde a dois ciclos com ocupação intensiva de toda a comunidade e das famílias, principalmente nos períodos de Maio (nas sementeiras) e, em Setembro (nas colheitas), toda a força de trabalho da comunidade é utilizada. Porém, findo estes períodos, muitos dos trabalhadores ficam disponíveis para o exercício de outras actividades ou para a migração, a qual, como dissemos, decorre depois daquele período.

Tendo em consideração o exposto, achamos oportuno classificá-las e analisá-las por sectores de actividade, mesmo sendo reduzida a amostra e discutível qualquer classificação.

Tabela 1- Profissões dos naturais e residentes que migraram entre 1834-1862, por grupos sócio-profissionais

1. GRUPO SÓCIO - PROFISSIONAL			2. GRUPO SÓCIO - PROFISSIONAL			3. GRUPO SÓCIO - PROFISSIONAL		
1.1 Agro-pecuária			2.1 - Ofícios			3.1 - Serviços e indep.		
trabalhador	62	30.8	alfaiate	5	2.5	clérigo	10	5.0
jornaleiro	25	12.4	tamanqueiro	3	1.5	acadêmico	4	2.0
criado	15	7.5	caldeireiro	2	1.0	barbeiro	4	2.0
lavrador - caseiro	7	3.5	pedreiro	2	1.0	deputado da nação	3	1.5
proprietário - lavrador	6	3.0	vedor	2	1.0	administrador	2	1.0
			carvoeiro	1	1.0	bacharel	2	1.0
			confeiteiro	1	1.0	escrivão	2	1.0
			obreiro	1	1.0	artista	2	1.0
			sapateiro	1	1.0	desembargador	1	0.5
			serralheiro	1	1.0	soldado	1	0.5
						3.2 - Comércio		
						almocreve	21	10.5
						tendeiro	7	3.5
						negociante	4	2.0
						estalajadeiro	1	0.5
						quinquilheiro	1	0.5
						vendedor ambulante	1	0.5
						boticário	1	0.5
			Total	115	57	Total	19	9

No grupo sócio - profissional - 1, incluem-se os que tinham actividade ligada à agricultura, lavradores - caseiros, jornaleiros e os trabalhadores, ou seja, todos aqueles cuja sobrevivência dependia exclusivamente do seu trabalho e cuja ocupação poderia ser em múltiplos serviços, normalmente na agricultura, mas nunca com carácter de especialização ou dedicação exclusiva.

No grupo sócio - profissional- 2, os que tinham uma profissão ligada à produção artesanal.

No grupo sócio - profissional 3, incluímos as profissões que exigiam instrução, as que estavam ligadas à administração pública, os artistas (aqueles que se dedicavam ao espectáculo), os académicos e os religiosos e os que tinham uma profissão ligada ao comércio, transporte e produção artesanal.

Ocupavam os primeiros lugares na mobilidade interna as profissões ligadas à agro - pecuária, com um total de 115 indivíduos, donde se destacam os trabalhadores, jornaleiros e os criados. Em segundo lugar, situavam-se as profissões ligadas ao comércio e serviços, com um total de 68 saídas. Por último, situavam-se as profissões ligadas aos ofícios, como aqueles onde se verificava menor mobilidade espacial.

Dos dados concluiu-se que 57% dos migrantes integram o sector dos que possuem vínculos à terra, 34% ligados ao sector do comércio e serviços e 19% ligado aos ofícios.

Se existem profissões ou ocupações que manifestam maior disponibilidade ou apetência para migrar, o que tem significações socialmente diferenciadoras, quer no quadro das desigualdades económicas, quer na escala dos lugares sociais e simbólicas individuais e familiares, podemos concluir que a migração regional constitui um atributo dos que se encontram numa posição social frágil e economicamente desfavorecida.

Migrar é, em primeiro lugar, uma atitude masculina à qual se exige juventude e algum vigor físico, independentemente do seu estado civil. E é, além disso, para os que se encontram numa posição que, com o seu abandono temporário da terra de origem, não perturba a continuidade da posição social do grupo familiar de origem, dado que, sob o ponto de vista económico, se lhes pede um esforço acrescido de encontrar em qualquer actividade ou local o complemento de sobrevivência familiar.

Por outro lado, outros há que requereram guia de trânsito ou passaporte, sem que a sua intenção fosse obter rendimentos. São assim referidas saídas de carácter "turístico" ou "sanitário", como a "ida a banhos" e outras que, pelo destino e pela profissão dos saídos, correspondiam ao exercício de função de carácter político e administrativo.

1.2. Estatutos sócio-profissionais dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe

Tabela 2- Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926

Profissões	total	%	Profissões	total
agricultor	619	20.9	calceteiro	2
proprietário	564	19.1	cantoneiro	2
jornaleiro	330	11.1	chapeleiro	2
capitalista	226	7.6	chauffeur	2
lavrador	174	5.9	cocheiro	2
pedreiro	135	4.6	criveiro	2
carpinteiro	121	4.1	electricista	2
negociante	103	3.4	engomadeira	2
empregado comercial	73	2.4	louceiro	2
serviçal	69	2.3	marítimo	2
trabalhador	67	2.3	músico	2
alfaiate	57	1.9	professor	2
estudante	49	1.7	tecelão	2
caixeiro	45	1.5	tipógrafo	2
doméstica	32	1.0	advogado	1
costureira	31	1.0	armador	1
barbeiro	28	0.9	Bacharel	1
sapateiro	24	0.8	caldeireiro	1
operário	19	0.6	carregador	1
caiador	17	0.5	escriturário	1
criado	14	0.5	familiar	1
vendeiro	13	0.4	farmacêutico	1
escrevente	12	0.4	fogueiro	1
comerciante	12	0.4	fogueteiro	1
serralheiro	11	0.3	hortelão	1
tamanqueiro	10	0.3	latoeiro	1
ferreiro	7	0.2	leiteiro	1
padeiro	5	0.1	mineiro	1
artista	4	0.1	modista	1
funileiro	4	0.1	penteeiro	1
padre	4	0.1	sardinheiro	1
serrador	4	0.1	seleiro	1
tecedeira	4	0.1	taberneiro	1
cortador de carnes	3	0.1	vendedor ambulante	1
marceneiro	3	0.1	vendilhão	1
moleiro	3	0.1	zelador municipal	1
trolha	3	0.1		

Do quadro anterior infere-se que, em 7321 emigrantes, é conhecida a profissão de 2949, ou seja, a amostra das profissões corresponde a 40.3% do total dos saídos, estando cada uma delas representada em termos percentuais em: 21%, agricultores; 19%, proprietários; 11%, jornaleiros; 7,6%, capitalista; 5,9%, lavradores; 4,6%, pedreiros; 4%, carpinteiros; 3,4%, negociantes; 2,4%, empregados comerciais; 2,3%, serviçais; 2,3% trabalhadores.

1.2.1. Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926

No sentido do aprofundamento das conclusões perspectivadas para o conhecimento dos emigrantes e da emigração, agrupamos as profissões/ocupações dos emigrantes, tendo em conta critérios de afinidade ocupacional

e social e organizadas por ordem decrescente: agricultura, todos os que tinham vínculos

directos ou indirectos à terra; trabalhadores dependentes, os que trabalhavam por conta de outrem vivendo ou não na casa do contratante; construção civil; independentes, os que tinham um estatuto social ou profissional indicador de uma existência feita através de rendimentos ou não produtiva; comércio, todos os que estavam ligados a esta actividade, independentemente de o fazer na condição de dependentes ou independentes, ou seja, por conta própria ou na dependência de outrem; calçado, têxteis e confecção; serviços; alimentar; indústrias metálicas.

Tabela 3 - Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926

AGRICULTURA	T. P.	TRABALHADORES DEPENDENTES	T.P.	CONSTRUÇÃO CIVIL	T.P.	INDEPENDENTES	T.P.	COMÉRCIO	T.P.
agricultor	619	jornaleiro	330	pedreiro	135	capitalista	226	negociante	103
lavrador	174	serviçal	69	carpinteiro	121	estudantes	49	empreg. comercial	73
proprietário	564	trabalhador	67	caiador	17	padre	4	caixeiro	45
		doméstica	32	serralheiro	11	artista	4	vendedor	13
		criado	14	serrador	4	advogado	1	comerciante	12
		engomadeira	2	marceneiro	3	familiar	1	louceiro	2
		hortelão	1	trolha	3	bacharel	1	leiteiro	2
				calceteiro	2			farmacêutico	1
				cantoneiro	2			vended. ambulante	1
				electricista	2			taberneiro	1
								vendilhão	1
								sardineiro	1
total	1357	total	515	total	300	total	286	total	255
CALÇADO, TÊXTEIS E CONFEÇÃO		SERVIÇOS		ALIMENTAR: PANIFICAÇÃO E CARNES		INDÚSTRIAS METÁLICAS		OUTRAS	
alfaiate	57	barbeiro	28	padeiro	5	funileiro	4	criveiro	2
costureira	31	escrevente	12	moleiros	3	caldeireiro	1	seleiro	2
sapateiro	24	chauffeur	2	cort.de carnes	1	ferreiro	7	penteeiro	1
operário	19	cocheiro	2			latoeiro	1	mineiro	2
tamanqueiro	10	marítimo	2					fogueteiro	1
tecedeira	4	músico	2						
chapeleiro	2	tipógrafo	2						
tecelão	2	professor	2						
fogueiro	1	armador	1						
modista	1	carregador	1						
		escriturário	1						
		zel. municipal	1						
total	151	total	56	total	9	total	13		7

No quadro anterior agrupamos as profissões/ocupações dos emigrantes ordenadas por ordem decrescente: 1357, com vínculos directos ou indirectos à terra; 515, trabalhadores dependentes; 300, trabalhadores da construção civil; 286, independentes; 255, comércio e serviços; 151, trabalhadores na fabricação de calçado, têxteis e confecção; 56, nos serviços; 13, trabalhadores das indústrias metálica; 9, no sector alimentar da panificação e carnes.

Podemos concluir, dos dados apresentados nos quadros anteriores, que a emigração estava fortemente representada pelos que tinham ocupações e vínculos à terra. Porém, se perspectivarmos a análise do estatuto social, os grupos melhor posicionados socialmente são os que mais emigram: proprietários, lavradores, capitalistas, negociantes, empregados comerciais, caixeiros, vendeiros, comerciantes, estudantes.

1.2.1.1. Profissão dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto

Tabela 4 - Profissões dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885

Profissões	total	%
negociante	60	27.1
alfaiate	29	13.1
lavrador	21	9.5
carpinteiro	20	9.0
trabalhador	15	6.8
caixeiro	10	4.5
ferreiro	10	4.5
sapateiro	10	4.5
pedreiro	9	4.1
barbeiro	3	1.4
chapeleiro	3	1.4
marceneiro	3	1.4
tamanqueiro	3	1.4
comerciante	2	0.9
correeiro	2	0.9
meretriz	2	0.9
proprietário	2	0.9
serralheiro	2	0.9
criado de servir	2	0.9
barbeiro	1	0.5
capitalista	1	0.5
confeiteiro	1	0.5
encadernador	1	0.5
fabricante	1	0.5
farmacêutico	1	0.5
guarda-livros	1	0.5
livreiro	1	0.5
mestre escola	1	0.5
ourives	1	0.5
pregoeiro	1	0.5
professor de latim	1	0.5
servente	1	0.5
trabalhador	1	0.5
Total	221	100
profissão desconhecida	1159	

Conforme o quadro anterior, em 1380 passaportes emitidos aos naturais do concelho de Fafe, e que nós, por critério, temos vindo a considerar como residentes no Porto, dado que fora aí que requereram os respectivos passaportes, apenas é conhecida a profissão ou ocupação de 221 emigrantes, o que corresponde a 16%, sendo desconhecida a profissão de 84%.

No entanto, e tendo como amostra as profissões indicadas, verificamos que a profissão mais representada é a de negociante, com 27% do total das profissões declaradas, seguindo-se a de alfaiate com 13%, depois a de lavrador com 9,5% e a de carpinteiro com 9%.

Somando as profissões do sector terciário: negociante, caixeiro e comerciante, a percentagem sobe para 32,5%..

Estes dados mostram-nos que, comparando as profissões dos que saem da cidade do Porto com a dos que saem de Fafe, os primeiros pertencem predominantemente ao sector terciário e os segundos, têm profissões no sector primário

1.2.1.2. Análise comparativa das profissões da migração e da emigração.

Tabela 5 - Profissões dos migrantes e emigrantes

destino INTERNO dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1862)	T o t a l	%	destino EXTERNO dos naturais e/ou residentes em Fafe (1834-1926)	T o t a l	%	destino EXTERNO dos naturais de Fafe e residentes no Porto (1836-1885)	T o t a l	%
trabalhador	62	30.8	agricultor	619	20.9	negociante	60	27.1
jornaleiro	25	12.4	proprietário	564	19.1	alfaiate	29	13.1
almocreve	21	10.4	jornaleiro	330	11.1	lavrador	21	9.5
criado	15	7.5	capitalista	226	7.6	carpinteiro	20	9.0
clérigo	10	5.0	lavrador	174	5.9	trabalhador	15	6.8
lavrador - caseiro	7	3.5	pedreiro	135	4.6	caixeiro	10	4.5
tendeiro	7	3.5	carpinteiro	121	4.1	ferreiro	10	4.5
proprietário- lavrador	6	3.0	negociante	103	3.4	sapateiro	10	4.5
alfaiate	5	2.5	empregado-comercial	73	2.4	pedreiro	9	4.1
negociante	4	2.0	serviçal	69	2.3	barbeiro	3	1.4
académico	4	2.0	trabalhador	67	2.3	chapeleiro	3	1.4
barbeiro	4	2.0	alfaiate	57	1.9	marceneiro	3	1.4
tamanqueiro	3	1.5	estudante	49	1.7	tamanqueiro	3	1.4
deputado da nação	3	1.5	caixeiro	45	1.5	comerciante	2	0.9
caldeireiro	2	1.0	doméstica	32	1.0	correeiro	2	0.9
pedreiro	2	1.0	costureira	31	1.0			
vedor	2	1.0	barbeiro	28				
administrador	2	1.0	sapateiro	24				
bacharel	2	1.0	operário	19				
escrivão	2	1.0	caiador	17				
artista	2	1.0	criado	14				

Finalmente, no quadro anterior comparámos as profissões, tendo em conta três situações distintas: os migrantes naturais e/ou residentes no concelho de Fafe os emigrantes naturais e/ou residentes no concelho de Fafe e os emigrantes naturais de Fafe, mas que residiam no Porto (critério que estabelecemos para designar os que requereram passaporte no Governo Civil do Porto). Tivemos ainda em conta que a amostra é diferente, quer em termos cronológicos, quer em valores absolutos. Por último, excluímos as profissões com menos de 1% de representatividade.

Assim, verificamos que:

1º- Os naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, que migraram para destinos internos, com a profissão/ocupação de trabalhadores e jornalheiros, ocupam o primeiro e segundo lugar, respectivamente com 30,8% e 12,4%, na migração;

2º- Dos naturais e/ou residentes no concelho de Fafe, que emigraram para destinos externos ou intercontinentais, 21% eram agricultores e 19% eram proprietários, surgindo em terceiro lugar os jornalheiros com 11%;

3º- Dos naturais de Fafe, mas residentes no Porto, que emigraram para destinos externos ou intercontinentais, 27% eram negociantes, 13% alfaiates, 9,5% lavradores e 9% carpinteiros.

Como conclusão final geral verificamos que:

A)- A migração correspondia a estratos sociais de fracos recursos e a indivíduos com fracos laços de ligação à terra, ou cujos laços de ligação não constituíam vínculos de propriedade. Estes encontravam-se disponíveis na aldeia em tempo de menor actividade agrária, ou seja, durante os meses de Inverno, com fraca oferta de trabalho para a mão-de-obra disponível.

B)- Na emigração dos naturais e/ou residentes em Fafe, que requeriam passaporte na administração do concelho, predominavam, com 46%, as profissões ou ocupações com fortes vínculos à terra (proprietários, agricultores e lavradores), num total de 1357, estando representados os proprietários com 42%.

Tendo como referência a estrutura socio - económica de 1881/82, em que 43% de 4607 eleitores eram proprietários e apenas 9% eram elegíveis a deputados, concluímos, face à elevada percentagem de proprietário emigrantes, que a emigração para o Brasil era um atributo das elites rurais.

C)- A emigração dos naturais de Fafe, que requereram passaporte no Porto, era constituída predominantemente por indivíduos ligados ao comércio com 33% (negociantes, comerciantes e caixeiros) e aos ofícios.

2. DESTINOS DA MIGRAÇÃO E DA EMIGRAÇÃO

2.1. Destinos da migração

Tabela 6 - Destinos dos migrantes entre 1834 e 1862

REGIÕES	DESTINOS	TOTAIS PARCIAIS	%	TOTAL	%
	Porto	204	6.0		
	Trás-os-Montes	57	2.0		
	Minho	17	0.5		
	Braga	13	0.4		
	Basto	7	0.2		
	Povoa do Varzim	6	0.0		
	Viana	6	0.0		
	Penafiel	4	0.0		
NORTE				314	9.0
	Coimbra	45	1.3		
	Aveiro	14	0.4		
	Viseu	5	0.1		
CENTRO				64	1.8
	Alentejo	1655	47.2		
	Chamusca - carvoarias	526	15.0		
	Mora	398	11.3		
	Lisboa	152	4.3		
	Coruche	140	4.0		
	Monte Mor	39	1.1		
	Ribatejo	21	1.0		
	Évora	12	0.0		
	Alenquer	2	0.0		
SUL				2945	83.9
	Destino não identificado	134	3.8		
	Transitar pelas feiras do reino	38	1.1		
	Outros destinos	13	0.4		
	Galiza	2	0.0		
OUTRAS				187	5.3
	TOTAL GLOBAL	3510		3510	100

Do quadro se conclui que, em 3510 registos dos indivíduos que requereram guias de trânsito interno, 3323 indicavam um destino específico e, em 187 guias, o destino não era identificado ou era geograficamente indefinido.

Analisando os destinos sob o ponto de vista das regiões preferidas para a migração interna, verifica-se que 84% preferia a região Sul do

país, 9% preferiam o Norte e apenas 2% preferiam destinos do Centro do país.

Como destinos específicos predominantes destacam-se: o Alentejo, com 47% (especificação genérica de um destino para o Sul do país); a Chamusca (carvoarias), com 15% (como destino para o exercício de uma actividade); Mora, com 11.5%; a cidade do Porto, com 6%; Lisboa, com 4% e Coruche, com 4%, conforme o quadro anterior.

As saídas davam-se nos finais das colheitas realizadas no Minho, isto é, durante o mês de Setembro, Outubro e Novembro. Neste contexto, estabelecem-se relações de interdependências e equilíbrios entre espaços geo-populacionais precários, em certas alturas do ano, que necessitam da complementaridade sazonal.

Fazem-se acompanhar de vários parentes em linha directa e colateral ou simples vizinhos que saíam na condição de iguais, companheiros de viagem, de retorno e de destino geográfico, numa atitude de obrigação moral e como fatalidade de condição social.

Sob o ponto de vista da distância, ela é medida pelo que tem de relativo à manutenção dos objectivos e necessidades familiares e dos limites calculados com as expectativas que têm na reprodução do lugar social que ocupam.

Trata-se assim de um discurso de identidades grupais, donde são excluídos os que não suportam caminhadas a pé muito longas, ou seja antes dos 12 anos ou depois dos 60 de idade, bem como os de saúde frágil, mulheres, ou colocados nos limites inferiores da escala social.

O destino ou itinerário migratório constitui em si um indicador do lugar social daquele que se desloca de um lugar para outro, podendo, através do conhecimento do destino final, inferir-se da posição económica e social daquele que se desloca.

Da leitura do quadro anterior fica claro, mesmo com uma amostra tão pouco significativa, que, no que se refere aos destinos, os trabalhadores, jornaleiros, criados e artesãos têm como destinos o Alto-Alentejo e Ribatejo, mais particularmente, as terras e vilas ribeirinhas, da margem esquerda e direita do rio Tejo.

Os proprietários vão à Póvoa, referindo-se expressamente nos registos que vão a banhos e os letrados, funcionários públicos e religiosos têm como destinos preferenciais Lisboa, Porto e Coimbra.

Se excluirmos os destinos dos proprietários, dos religiosos e dos almocreves, dado que a finalidade da saída não é obter rendimentos no exercício de qualquer actividade e num determinado local, ficamos com aqueles que são "forçados" a ausentar-se temporariamente do lugar de residência e naturalidade.

Inserem-se neste grupo aqueles que têm profissões ou ocupações às quais corresponde uma maior dependência económica, pela não posse de propriedade agrícola: caseiros, jornaleiros, trabalhadores, ou actividades artesanais de ocupação permanente ou sazonal que ofereçam rendimentos que garantam a sobrevivência económica das famílias.

Pesa também na decisão de saída a construção de obrigações voluntariamente assumidas e esperadas, tais como: o casamento, quando o migrante é solteiro; o casamento de filho/a; o pagamento de dívidas e encargos, nomeadamente no caso dos lavradores-caseiros com prestações ou rendas fixas, decorrentes dos maus anos agrícolas; a morte de boi ou vaca, (quando pertença do senhorio); o pagamento de promessa a santos.

Recolhemos testemunhos que nos informaram que, ainda nas décadas de cinquenta e sessenta deste século, os caseiros emigravam ou recorriam a peditórios, feitos de porta em porta, para recolher fundos, por forma a indemnizar o arrendatário da morte de animal grande.

Encontram-se nestes casos: trabalhadores, jornaleiros, criados e lavradores - caseiros, repetindo uns anualmente o processo de saída nos meses já referidos, durante vários anos e outros, por serem ocasionais, responderiam a circunstâncias de urgência.

2.2. Destinos da emigração

Tabela 7 - Destinos dos naturais de Fafe e que emigraram entre 1834-1926 e dos naturais mas residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885.

DESTINOS SAÍDOS DE FAFE (1834-1926)				DESTINOS SAÍDOS DO PORTO (1836-1885)			
AMÉRICA DO SUL	TOTAL PARC.	TOTAL PARC.	%	AMÉRICA DO SUL	TOTAL PARC.	TOTAL PARC.	%
RIO	4374	7020	60.00	RIO	1074	1367	77.99
BRASIL	1273		17.47	PARÁ	156		11.46
PARÁ	1156		15.87	BAIA	63		04.57
BAÍA	84		01.15	SANTOS	25		01.81
MANAUS	53		00.72	MARANHÃO	20		01.45
SÃO PAULO	29		00.39	RIO GRANDE DO SUL	12		00.87
PERNAMBUCO	26		00.35	PERNAMBUCO	11		00.79
SANTOS	15		00.20	SANTA CLARA	3		00.21
MINAS	2		00.02	UBATUBA	2		00.14
RIO GRANDE DO SUL	1		00.01	OLINDA	1		00.07
PANAMÁ	5		00.06				
ARGENTINA	2		00.02				
		7020	96.4			1367	99
EUROPA				EUROPA			
França	120		1.64	Europa	7		00.50
Espanha	111		1.52	Tui	1		00.07
Inglaterra	1		0.01	Inglaterra	1		00.07
		248	3.4			9	1.0
ÁFRICA				ÁFRICA			
África	16			África	1		00.70
			0.2	Luanda	1		00.70
		16	0.2			2	1.0
TOTAL GLOBAL		7284	100			1378	100

Em 7321 emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe, conhecemos os destinos de 7284, ou seja de 99,4%. Destes, 7020 dirigiram-se para a América do Sul, o que corresponde 96,4%, para a Europa, 3,4% e apenas 0,2, para a África.

Dos que escolheram como destino a América do Sul, apenas uma pequeníssima minoria teve outro destino que não fosse o Brasil, incluindo-se aqui todos os que saíram com destinos indeterminados deste país e os que referiam lugares específicos, tais como

Rio de Janeiro, Pará, Baía etc. Assim, apenas 7 em 7020, saíram para o Panamá e Argentina, sendo o Brasil o destino de eleição dos emigrantes de Fafe.

Por outro lado, em 1384 emigrantes naturais de Fafe, mas que requereram passaportes no Governo Civil do Porto, sabemos os destinos de 1378, e que, 99% destes saíram para o Brasil, sendo estatisticamente insignificante o número dos que tiveram como destino a Europa e a África, conforme se pode inferir dos gráficos seguintes.

3. TERRITÓRIO, ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E MOBILIDADE

A migração e a emigração são expressões que designam a deslocação de indivíduos do seu território geográfico, social e familiar, por um determinado tempo e inseridos numa corrente de intensidade variável, na suposição do retorno ao sítio de saída, depois de cumpridas ou não as expectativas que a motivaram, confrontando-se dois lugares distintos: o da saída e o de destino, provocadores de rupturas de natureza social, familiar e afectiva.

A territorialidade cumpre-se, vive-se e representa-se de forma distinta. Isto é, os territórios são testemunhas de diferenciação social e de desigualdades de natureza económica, social e simbólica, cuja diferenciação ocorre como produtos particulares e variáveis no espaço e no tempo.

Definimos como conceito de "construção de um território" a existência de uma dinâmica temporalmente não delimitada, sendo, por isso, atributo de um processo histórico, demarcado no espaço, aqui considerado em vários sentidos: micro-região natural, concelho administrativo, parcelas do concelho, a cidade de Fafe e a freguesia, onde são identificáveis diferentes processos e formas de ocupação e de territorialidade. Isto é, o lugar onde se estruturaram hierarquias e representações diferenciadoras de carácter económico, social e simbólico, como manifestações diferenciadoras, nos seus ocupantes.

Desta noção surgem, nomeadamente, as ideias que, como construções simbólicas, associamos para distinguir naturais e residentes, naturais não residentes e "brasileiros" de

retorno, bem como aquelas que inferimos através da casa, do *modus vivendi*, dos cargos políticos, do volume de capital social e familiar herdado, onde se reconhecem as múltiplas formas de diferenciação e estratificação social.

Procuraremos inserir o nosso estudo nos elementos da paisagem geográfica ou natural, assente no conceito de ambiente “que comanda ou orienta as capacidades e as atitudes dos homens”¹, as identidades e as diferenças físicas e territoriais, as atitudes de ocupação e aproveitamento económico, consideradas como aquisições e efeitos de cultura e de memória histórico-civilizacional e as estruturas de representação social de carácter simbólico, nomeadamente estatutos e profissões.

Estamos assim perante relações estabelecidas entre o homem, a sociedade e o espaço, onde se configura a vida e o funcionamento geral da sociedade, acrescidas do facto de, segundo Paul Claval, tais relações e suportes que lhe são indispensáveis serem ainda complicadas pela desigual mobilidade dos bens”.²

Por outro lado, convivem no indivíduo várias noções de espaço: o vivido e o representado, investidos de todas as “estratégias de utilização ou de deslocamento que são originadas pela necessidade de agir das pessoas pela sua preocupação em ganhar a vida, pelo seu prazer em gozar e pela sua vontade de alcançar um lugar invejável dentro da sociedade”.³

Temos implícito que a freguesia de Fafe é uma das 36 unidades (freguesias) de referência espacial administrativa do território concelhio, a qual informou a existência das pessoas nele instaladas, ganhando significado a ambiguidade que o termo representa, por designar, simultaneamente, a antiga vila, a actual cidade, a freguesia com o mesmo nome, ou simplesmente, para os locais, aquele que é apenas definível no quadro das representações simbólicas de “centro, ou lugar central, que pertence à esfera dos valores e das crenças”⁴, onde ocorrerem as mais evidentes explicitações de centralidade e se

¹ «Região», Enciclopédia Einaudi, Vol. 8, Imprensa Nacional- C- M., 1986, p.164

² Claval, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982, p. 61

³ Idem, p. 65

⁴ Shilds, Edward, *Centro e periferia*, Lisboa, Difel, 1991, p. 53

conjugaram sistemas de agregações diferentes: o centro ou sede administrativa do antigo concelho de Montelongo, o concelho de Fafe e as de natureza sócio-familiar dos "Brasileiros" de retorno.

Estas são reflexo das estratégias de afirmação, reprodução e representação simbólica de estatutos sociais burgueses e que se manifestam na expressão - "somos todos primos" - proferida por um descendente de "Brasileiro" ao referir-se ao seu grupo social decisor e influente na localidade.

Esta expressão expressa ainda uma identidade central simbólica para os que se têm como iguais, delimitando espaços sociológicos próprios e assentes no parentesco e descendência comum de emigrantes de retorno e nas estratégias matrimoniais estabelecidas no passado, pelos mesmos ascendentes.

Na cidade de Fafe marca-se, como diz Paul Claval, o espaço abstracto das distâncias sociais, reflectido pela preferência por este lugar como objecto de diversas valorizações, em oposição à desvalorização do distante.⁵

3.1.Estratificação sócio-económica

As mudanças oitocentistas foram muito mais ideológicas e políticas, sem que os habitantes locais se tenham envolvido na compreensão das inovações culturais e tecnológicas da época, repetindo procedimentos e atitudes. Este homem "medieval" é-nos descrito por Palmira da Silva (1952) num minucioso trabalho publicado com o título "Fafe - contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia, e Folclore do Concelho".

As actividades económicas dominantes do concelho referidas nesse estudo são a agricultura, pecuária e transformação artesanal de algumas matérias primas.

Sabendo nós que a mobilidade local ocorreu de forma distinta nos diferentes grupos sócio-profissionais, e que, em termos quantitativos, apresentava variações significativas pelas trinta e seis freguesias do concelho, importava procurar as relações entre a estrutura

⁵ Claval, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982, pp. 63-66

social que caracterizasse a matriz da mobilidade e a sua predominância em certos grupos, bem como as razões da sua desigual distribuição pelo concelho.

No censo à população feito em 1890, procuramos os indicadores da estrutura sócio-ocupacional da população do concelho e a sua distribuição por grupos ou sectores de actividade e, no recenseamento eleitoral de 1881, os quadros de desigualdades económicas e sociais, face às condições de desigualdade fiscal e elegibilidade eleitoral diferenciada.

Tabela 8 - População de facto do concelho de Fafe segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo, em 1890

profissões	total geral	total	%	varões	fêmeas
Fafe- concelho	25.660	12.143	47.3	7.323	4.820
I- Trabalhos agrícolas	18.887	8.497	69.9	5.622	2.875
II-Pescas e caça	-----	-----	-----	-----	-----
III-Extracção das matérias minerais da superfície do solo	21	8	0.1	8	-----
IV-Indústria	4.030	2.147	17.7	998	1.149
VI-Comércio	169	47	0.4	45	2
VII-Força pública	1.164	445	3.7	204	241
VIII-Administração pública	26	9	0.1	9	-----
IX-Profissões liberais	49	17	0.1	17	---
X-Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	365	116	1.0	108	8
XI-Trabalhos domésticos	57	57	0.5	8	49
XII-Improdutivos. Profissão desconhecida	714	714	5.9	255	459

Fonte: Censo da População do Reino de Portugal, no 1º de Dez. de 1890, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900, p.52.

Segundo o quadro, onde se referem os valores para todas as idades, 8.497 de 12.143 dos habitantes dedicavam-se a trabalhos agrícolas, o que correspondia a 70%, seguindo-se, por ordem decrescente: os que se dedicam à indústria, com 18%; improdutivos com 6%; e força pública com 4%.

Conclui-se assim que as actividades agrícolas predominavam na ocupação dos habitantes do concelho, o que corresponde à média nacional calculada de que «7 em cada 10 portugueses viviam no campo ou para o campo»⁶, seguindo-se depois os que estavam ligados à actividade industrial e, muito pouco significativa, a actividade comercial.

⁶ Vaquinhas, Irene, «A condição camponesa entre o mito e realidade», in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. V, Circulo De Leitores, 1993, p.482

3.2.Estratificação sócio-eleitoral - 1881

As profissões constituem um indicador da estrutura económica e social do concelho, analisadas aqui através do Censo de 1890 e do Recenseamento Eleitoral de 1881, onde podemos identificar as diferentes ocupações da população concelhia e a estrutura social através das condições de eleitor e de elegibilidade.

O recenseamento dos eleitores e elegíveis, tendo em conta as condições de elegibilidade a deputados, impostas pelo Decreto Lei de 30/09/1852, permite o conhecimento das profissões e ocupações de uma parte da população concelhia, bem como inferir das tipologias hierárquicas e critérios sociológicos diferenciais de tipo político. Ou seja, possibilita a organização das profissões em grupos ou sectores, com direito de acesso à decisão política e possibilita distinguir os que reuniam as condições de serem eleitores e elegíveis, colocados os primeiros num segundo patamar social. Dentro destes, permite reconhecer diferenças de estatuto, bem como conhecer a sua distribuição pelas freguesias do concelho.

O referido Decreto Lei de 30 de Setembro de 1852, prescreve, como condição para se ser eleitor, ter renda líquida anual 100\$000 réis provenientes de bens de raiz, capitais, comércio, indústria; ter emprego inamovível e ser de maior idade.

No que se refere à condição de prova de renda, esta era calculada através das colectas, ou seja, aqueles que no ano anterior tivessem sido colectados: em 10\$000 réis de décima, e impostos anexos de juros, foros e pensões, ou de quaisquer proventos de empregos de Câmara Municipal, Misericórdia ou Hospitais; em 5\$000 réis de décima e impostos anexos de prédios rústicos e urbanos arrendados; em 1\$000 réis de décima e impostos anexos, ou de qualquer outra contribuição directa de prédios rústicos ou urbanos não arrendados e de

qualquer rendimento proveniente de indústria; em mais de 1\$000 réis dos quatro por cento sobre a renda das casas.

Eram ainda considerados como tendo a renda de 100\$000: os empregados do Estado em efectivo serviço, jubilados, aposentados, adidos ou reformados e os que pertencessem a repartições extintas que tivessem de ordenado, soldo ou cõngrua 100\$000 réis; os egressos que tivessem 100\$000 réis de prestação anual; os pensionistas do Estado que tivessem de pensão anual, qualquer que fosse a sua origem, 100\$000 réis; os aspirantes a oficiais, os sargentos-ajudantes, quartéis-mestres dos corpos de exército e os das guardas municipais, que tivessem de rendimento 12\$000 réis mensais.

Quanto à condição da idade imposta na lei, para além da prova dos rendimentos referidos, só eram eleitores os que tivessem entrado na maioridade legal, ou seja, ter 25 anos completos, conforme artigo 7.º. Eram também considerados como tendo maior idade eleitoral os que, tendo 21 anos, pertencessem a pelo menos uma das classes seguintes: serem casados; oficiais do exército ou da armada; clérigos das ordens sacras; os que tivessem completado algum curso da escola politécnica de Lisboa, da academia politécnica do Porto, os das escolas naval, do exército, e médico-cirúrgicas de Lisboa e Porto; os que fossem doutores e Bacharéis formados em qualquer universidade ou academia estrangeira, competentemente habilitados para serem dos seus graus nestes reinos; serem membros da academia real das ciências de Lisboa, os professores de instrução pública, secundária e superior; os que tivessem completado o curso de algum liceu do reino.

Estavam excluídos de serem eleitores: os criados de servir, nos quais se não compreendiam os guarda-livros, os caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Real, que não fossem de galão branco, e os administradores de fazendas rurais e fábricas; os que estivessem interditos da administração de seus bens; os indiciados em pronúncia ratificada pelo júri ou passada em julgado; os falidos não reabilitados; os libertos.

Todos os que tivessem direito de votar estavam em condições de serem eleitos Deputados, sem condição de domicílio, residência ou naturalidade.

Eram considerados elegíveis os que tivessem 400\$000 réis de renda líquida anual, os que tivessem sido colectados no último lançamento imediatamente anterior ao recenseamento em alguma das seguintes verbas: 40\$000 réis de décima e impostos anexos de foros, juros, ou pensões, e de quaisquer proventos de Câmara Municipal, Misericórdias e Hospitais; 20\$000 réis de décima e impostos anexos de prédios rústicos e urbanos arrendados; 4\$000 réis de décima e impostos, ou de qualquer outra contribuição directa de prédios rústicos ou urbanos, não arrendados e de qualquer rendimento proveniente de indústria; 4\$000 réis de impostos sobre a renda de casas. Eram ainda considerados como tendo a mesma renda: os empregados do Estado em efectivo serviço, jubilados, aposentados, adidos, reformados e os das repartições extintas, que tivessem de ordenado, soldo, cõgrua, prestação, ou qualquer outro vencimento de 400\$000 réis; os pensionistas do Estado que tivessem de pensão anual, qualquer que se fosse a sua origem, 400\$000 réis.

Eram absolutamente inelegíveis: os estrangeiros naturalizados; os membros da Câmara dos Pares; os que não tivessem renda líquida anual de 400\$000, ou não fossem habilitados com os graus e títulos literários; os Governadores Civis; os Administradores nos Concelho; os Juizes de Direito de Primeira Instância e os Delegados do Procurador régio nas suas comarcas; os Juizes dos Tribunais de Segunda Instância; os Procuradores Régios; os comandantes das Divisões Militares; os chefes de Estado Maior; os Governadores Gerais; Secretários Gerais dos governos do ultramar.⁷

⁷ Diário do Governo, Decreto de 30 de Setembro de 1852

3.2.1.Estrutura sócio - eleitoral, por sectores de actividade - 1881

Condicionados pelos critérios selectivos da fonte, quer na idade e força económica dos representados na amostra e, mesmo sabendo que muitas das profissões não correspondiam ao exercício exclusivo de uma única ocupação (nomeadamente, os que se dedicavam a actividades transformadores eram, ao mesmo tempo, os que as comercializavam), decidimos construir o quadro classificativo, como uma possibilidade de através destes dados, inferir do quadro Sócio - Profissional concelhio.

Tabela 9 - Profissões/ocupações por sector de actividade, em 1881

Sectores	Profissões / ocupações	parcial	parcial	%
1- Sector				
1.1-Agro-pastoril	1.1.1-Proprietários	1996		
	1.1.2-Agricultores	1215		
	1.1.3-Jornaleiros	565		
	1.1.4-Lavoura	26		
1.2-Florestal	1.1.5-Casqueiros	6		
1.3- Minas	1.1.6-Mineiros	3	3811	83
2- Sector				
2-Transformação	2.1-Construção civil	212		
	2.2- Vestuário, Têxtil e calçado	127		
	2.3 - Metalurgia	11		
	2.4- Madeiras, mobiliário e utensílios	14		
	2.5- Alimentar e panificação	55		
	2.6- Pirotecnia	7	426	9
3 - Sector				
3- Comércio e serviços	3.1- Comércio	137		
	3.2-Transportes e comunicações	29		
	3.3-Serviço Público	40		
	3.4- Hotelaria e restauração	1		
	3.5-Artes	11		
	3.6-Ensino	5		
	3.7-Saúde e higiene	9		
	3.8- Serviços - liberais	22		
	3.9- Advogado	4	258	5,5
4- diversos				
	4.1-Não activos	43		
	4.2-Religioso	52		
	4.5-Estudante	7		
	4.7-Bacharel	5		
	4.7-Egresso	3	110	2,5
Profissão não referida		2	2	
	total global		4607	100

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

Este é o quadro da população eleitoral dividida em sectores, onde procuramos agregar as actividades com afinidades de natureza produtiva: as actividades agro-pastoril e mineira, no sector um; as transformadoras, no sector dois; comerciais e serviços, no sector três; não activos e os que tinham funções de carácter religioso, no sector quatro ou diversos.

Os dados do censo de 1890 indicam 12143 indivíduos activos, dos quais 70% estavam ocupados em trabalhos agrícolas, 18% na indústria; 4% nos serviços públicos e 6% não activos.

Por outro lado, observando as profissões do recenseamento, concluímos que: 83% dos recenseados tinham a sua profissão na agricultura e dela dependiam directa ou indirectamente; 9% tinham

como ocupação dominante actividades ligadas ao sector da transformação artesanal; 5,5% dedicavam-se ao comércio ou tinham ocupação nos serviços; 2,5% eram não activos ou exerciam ocupações de carácter religioso.

Comparando os dados das duas fontes, concluímos que os eleitores constituíam um grupo onde a representatividade relativa dos que se dedicavam a ocupações próprias do

sector agrícola é maior e a dos ocupados na indústria era menor, sendo sensivelmente semelhante nos serviços. Dada a fraca representatividade relativa dos ocupados na indústria, infere-se da existência de fracos rendimentos neste sector e de um predomínio dos que obtinham rendimentos através da posse da terra.

3.3. Elites e excluídos: os elegíveis a deputados, os eleitores e os excluídos do processo eleitoral

O recenseamento eleitoral de 1881 constitui um indicador da estratificação social do concelho de Fafe.

Visto na perspectiva das condições de elegibilidade a deputados estes dados constituem indicadores sociológicos muito interessantes, sob o ponto de vista da análise da representatividade quantitativa dos que cumpriam as condições impostas pela lei para se ser eleitor, elegível e, por exclusão de partes, os que não reuniam as condições para se ser eleitor.

Procuramos conhecer a representatividade de cada um dos grupos sócio -profissionais, bem como a sua distribuição territorial e geográfica, tendo também subjacente à sua identificação a existência de um jogo de representações sociais e comportamentos simbólicos diferenciadores e informantes da estratificação social de natureza qualitativa.

Sob o ponto de vista quantitativo, ao estabelecermos a relação entre os eleitores e os que, de entre estes, eram elegíveis, inferimos: da hierarquia social neste concelho rural, nomeadamente pela identificação da elite de proprietários e letrados elegíveis (ter 400\$000 réis de renda líquida anual); do grupo intermédio de proprietários, agricultores, artesãos e outros com capacidade eleitoral, mas não elegíveis (ter 100\$000 réis de renda líquida anual); do grupo dos excluídos do processo eleitoral, porque, de entre o total da população activa, não reuniam as condições impostas para serem eleitores.(ter menos 100\$000 réis de renda líquida anual).

Dos dados do recenseamento de 1881-82 e do censo de 1890, foi possível construir o quadro seguinte:

Tabela 10 - População total, activa e eleitoral

Habitantes	População activa	Eleitores	Elegíveis	Não Elegíveis	Excluídos
25600	12143	4607	437	4170	7536

Fonte: Censo de 1890 e Livro Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

Verificamos, pela análise dos dados, que:

1- Considerando que população do concelho, em 1881, era a mesma que em 1890, isto é, de 25600 habitantes, e a população activa de 12143, teríamos uma amostra de 47% potencialmente eleitora e elegível.

2- Perante as condições impostas pela lei para se ser eleitor e elegível, existiam, no concelho de Fafe, 4607 eleitores; 437 dos quais eram elegíveis a deputados e 4170 não elegíveis, ou seja, estes eram apenas eleitores.

2.1-Os elegíveis eram assim 4% do total de eleitores e 9% do total da população activa. Ou seja, estes eram, concomitantemente, maiores de 25 anos, ou os casados maiores de 21, e com rendimentos líquidos anuais superiores a 400\$000 réis.

2.2- Os 4170 eleitores não elegíveis, correspondiam a 90% do total de eleitores, sendo apenas 34% do total da população activa, os que dispunham de 100\$000 réis de renda líquida anual.

2.2- Retirando ao total dos 12143 activos os 4607 eleitores, identificamos 7536 activos, que não estavam incluídos no recenseamento, constituindo o grupo dos que tinham um rendimento inferior a 100\$000 réis de renda anual.

3.4.Estratificação sócio-eleitoral e hierarquias sociais

O recenseamento, ao identificar as profissões dos eleitores e os rendimentos líquidos dos elegíveis a deputados, permitiu-nos construir o quadro seguinte.

Tabela 11 - Profissões dos elegíveis e não elegíveis a deputados em 1881

Profissões dos ELEGÍVEIS a deputados	Parcial	%	Profissões dos NÃO ELEGÍVEIS a deputados	Parcial	%
Proprietários	396	90.4	Proprietário	1600	38.4
Negociante	15	3.4	Agricultor	1215	29.2
Bacharel	5	1.1	Jornaleiro	562	13.6
Advogado	4	1.0	Pedreiro	111	2.7
Pároco	3		Carpinteiro	81	2.0
Vendeiro	3		Vendeiro	59	1.4
Capitalista	2		Alfaiate	55	1.3
Reservatário	2		Moleira	51	1.2
Conservador	1		Negociante	28	1.0
Director do correio	1		Lavoura	25	1.0
Escrivão da câmara	1		Tamanqueiro	24	0.6
Farmacêutico	1		Ferreiro	23	0.6
Médico	1		Sapateiro	22	0.5
Presbítero	1		Almocreve	21	0.5
Outra	1		Presbítero	20	0.5
			Capitalista	19	0.5
			Reservatário	19	0.5
			Pároco	17	0.5
			Barbeiro	16	0.
			Trolha	14	0.
			Músico	11	0.
			outras	177	4.0
Total	437	100	Total	4170	

Fonte: Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

O quadro anterior permite-nos identificar e distinguir as profissões dos elegíveis e os não elegíveis, possibilitando as seguintes conclusões:

3.4.1. Proprietários elegíveis e não elegíveis

1- Do total dos 4607 eleitores, são referidos 1996 proprietários, sendo elegíveis a deputados apenas 396 e não elegíveis 1600. Ou seja, 43% dos proprietários eram eleitores, e destes, só 9% eram elegíveis; os restantes 35% não eram elegíveis a deputados.

Isto é, 1996 eleitores tinham mais de 100\$000 réis de rendimento líquido e apenas 396 tinham mais de 400\$000 réis de rendimento, pelo que estes últimos eram os grandes

proprietários agrícolas do concelho que viviam dos rendimentos, não tendo, por isso, necessidade de trabalhar as próprias terras, vivendo dos rendimentos das terras que tinham arrendadas aos agricultores (caseiros).

Por outro lado, revela-se significativo o facto da designação de proprietário, constituindo um referente sociológico de prestígio social nas comunidades rurais, englobar genericamente todos os que têm propriedade agrícola, o que induz na ideia de estarmos perante um grupo homogéneo.

Assim, concluímos das diferenças existentes neste grupo profissional, ao verificar-se que, do total dos proprietários eleitores, apenas 20% são elegíveis a deputados e os restantes 80% não têm acesso à eleição para aquele importante cargo público, sendo por isso os pequenos proprietários.

2º- Analisando apenas as profissões dos 437 elegíveis, 90,4% destes eram proprietários, o que indica uma forte representatividade eleitoral deste grupo profissional face às restantes profissões de elegíveis.

Os restantes elegíveis a deputados estavam representados do seguinte modo: 3,4%, que se dedicavam ao comércio com algum vulto, dado que a essa actividade também se dedicavam os designados por comerciantes, vendeiros, vendilhões, almocreves, taberneiros.

A designação de almocreve desapareceu neste século, à medida que o sistema de transportes foi substituindo estes comerciantes no transporte das mercadorias de terra em terra. Os vendeiros eram um tipo de comércio realizado em pequenas lojas, restringindo a sua actividade à venda de vinho e petiscos e alguns produtos alimentares e os taberneiros vendiam apenas vinhos e petiscos. Os vendeiros e os taberneiros tinham a suas vendas junto das estradas, das Igrejas, no largo das Feiras e no meio dos lugares mais habitados, procurando estes lugares como sendo os sítios de maior frequência e disponibilidade para o consumo.

Os restantes 6,4% correspondiam a outras profissões distribuídas por um leque de 13 profissões, o que lhes retira valor estatístico. Neste grupo eram ainda elegíveis um pequeno número de letrados (5 bacharéis e 4 advogados, residentes na freguesia de Fafe, à excepção de um que residia em Antime).

3.4.2. Eleitores não elegíveis

Eram eleitores, mas estavam excluídos da elegibilidade os já referidos 1600 proprietários; 1215 agricultores; 562 jornaleiros; 111 pedreiros; 81 carpinteiros. Sem significado estatístico, aparecem referidas, outras profissões.

3.4.3. Excluídos do processo eleitoral

Como dissemos atrás, admitindo como activos os 12143 referidos no censo de 1890 e retirando-lhe os 4607 eleitores, identificamos 7536 activos que não estavam incluídos no recenseamento, constituindo o grupo dos que tinham um rendimento inferior a 100\$000 réis de renda anual. Ou seja, 62% da população activa, por falta de rendimentos, estava excluída do exercício político eleitoral.

Tabela 12- Estrutura social do concelho em 1881

I No topo situava-se a elite dos proprietários, negociantes e letrados elegíveis num total de 437 indivíduos (4% da população activa)
II Os proprietários eleitores não elegíveis.
III Os agricultores, artesãos, jornaleiros e outros eleitores não elegíveis, num total de 4170 indivíduos (34% da população activa)
IV Estavam excluídos do processo eleitoral 7536 indivíduos (62% da população activa)

Conclusão:

A não elegibilidade eleitoral, para além do significado simbólico que transporta, é um indicador de desigualdades económicas e sociais reais, não só entre os proprietários, mas também de uma marcada hierarquização social nas comunidades rurais.

Assim, no topo desta hierarquia situavam-se os proprietários elegíveis, depois os negociantes elegíveis e seguidamente os proprietários não elegíveis.

No grupo das elites predominavam assim os proprietários elegíveis. Estes constituem um grupo sociológico diferenciado de outros que, sendo também proprietários, se situavam em posição de subalternidade na escala social, por não serem elegíveis. No grupo da elite local, ainda que em reduzido número, estavam os que possuíam cargos públicos ou pertenciam à elite dos letrados.

Por último, encontravam-se na base da escala hierárquica os agricultores (caseiros), artesãos, jornaleiros.

Outras formas de desigualdade manifestam-se em expressões e comportamentos com elevado significado simbólico social local, aos quais nos referiremos noutra parte deste trabalho.

Esta análise revela-se significativa, dado que a mobilidade é um comportamento social diferenciado, que se reflecte nos diferentes itinerários migratórios e nas diferentes atitudes perante o retorno.

3.5.Estratificação social simbólica e mobilidade

Entendemos como classe social a definição dada por Bourdieu: “um conjunto de agentes, definidos - não por uma propriedade (mesmo que se trate da mais determinante como o volume e a estrutura do capital) nem por uma soma de propriedades (propriedades do sexo, da idade, de origem social ou étnica ... de rendas, de nível escolar, etc.) nem sequer por uma cadeia de propriedades, ordenadas todas a partir de uma propriedade fundamental (a posição, nas relações de produção) numa relação causa efeito, de condicionante a condicionado, senão pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere a cada uma delas e aos efeitos que exerce sobre as práticas, seu valor próprio”.⁸

Ao utilizarmos para o nosso estudo os Registos Fiscais, os Registos de Eleitores e Elegíveis do Concelho, em 1881, os Registos de Passaportes e Termos de Abono de Identidade dos emigrantes, verificamos existirem relações várias entre a mobilidade e os estatutos sociais e profissionais/ocupacionais, tendo em conta as expressões que os/as designam, tais como: capitalistas, proprietários, agricultores, trabalhadores, jornaleiros e outras que podemos designar genericamente por artesãos.

Se, através da relação entre o valor da contribuição fiscal e as profissões, se pode inferir do grau de riqueza e estatuto social, criando assim uma estrutura social hierárquica, a estratificação ocupacional ou profissional pode ser medida, também, pela relação entre o poder económico e o prestígio que lhe é atribuído, como indicador de desigualdades, nomeadamente representado na capacidade de elegibilidade para os diversos lugares públicos.

⁸ Bourdieu, Pierre, citado por Rodriguez, Lorenzo Cachón, *Mobilidad social ou trayectorias de clase?*, Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1989, p.539

Existe, assim, uma elevada correlação na construção da estratificação social entre as profissões, a recompensa económica e o prestígio social, através da qual se pode inferir da relação entre estratificação, mobilidade social e o fenómeno migratório.

O nosso estudo refere-se simultaneamente a um território concelhio agrário e à emergência de uma urbe na freguesia de Fafe, tendo em conta as tipologias ocupacionais, as formas de recompensa e prestígio, que diferenciam os grupos ocupantes desses territórios e o comportamento migratório.

Na análise sociológica da estratificação existem níveis de estrutura distintos e complexos. No entanto, e em termos qualitativos, procuramos dividir a comunidade concelhia em três níveis ou grupos: 1, 2 e 3, face às diferenças económicas, sociais e simbólicas, por forma a facilitar o nosso discurso interpretativo, presentes nas fontes utilizadas, como indicadores de análise: as profissões, a capacidade diferencial de elegibilidade a deputados em 1881, a contribuição fiscal e ainda o surgimento de novas profissões decorrentes da emigração de retorno (capitalistas).

1- Os ricos, residentes em casas com tradição aristocrática e senhorial onde se exibem brasões ou portões brasonados, os grandes proprietários lavradores e os capitalistas (burgueses);

2 - Os remediados ou classe média (pequenos proprietários, agricultores, lavradores, comerciantes, negociantes e vendedores);

3- Os pobres (caseiros, jornaleiros, artesãos, almocreves e criados de servir ou serviços).

A estes três grupos correspondem distintas posições na estrutura da hierarquia social da comunidade, porque são diferentes: o grau de riqueza, o prestígio como poder simbólico e a não riqueza, desenhando uma estrutura vertical em pirâmide, mais numerosa na base e fechada no topo, ocupando o topo os do nível - 1, o espaço intermédio os do grupo 2 e, por fim, na base e em maior número, os do grupo -3.

Por outro lado, a esta arquitectura social correspondem distintas estratégias de reprodução social, nomeadamente pelo acesso ao mercado matrimonial no mesmo nível ou grupo, pelas formas de herança de bens ou sucessão na primazia da casa paterna, pelo acesso ao poder político, associáveis ao processo de saída e escolha de destinos de migração e emigração, bem como no retorno e não retorno aos lugares de origem.

Grupo 1:

a)- Os ricos, com tradição aristocrática, ocupam os lugares de destaque nos processos de ritualização social e simbólica, mantendo uma grande distância com a comunidade e possuindo mediadores para gerir as quintas, designados por feitores, que orientam todas as suas práticas de gestão, recebem as rendas, dão indicações aos caseiros e jornaleiros.

A governanta, em acordo com o feitor, procede à gestão de todo o espaço familiar e agrícola, prestando contas desta gestão aos patrões (também designados por senhores), no fim dos ciclos agrícolas.

Nunca se sabe se estão presentes ou ausentes da casa, chegando a passar grandes temporadas fora, em visitas aos parentes ou em Lisboa ou no Porto.

Nunca recebem ninguém à porta, havendo uma criada ou criado que se presta a comunicar a chegada de visitas.

São mediadores de influência em Lisboa e no Porto, onde têm parentes em lugares importantes da administração pública, prestando-se a interceder na administração pelos naturais, cujos pedidos são feitos através do feitor.

A casa de família tem mais importância do que quem a habita, valorizando assim a genealogia. São designados pelo nome da casa.

A vida particular nunca é conhecida dos caseiros, jornaleiros e criados que aparecem por todo o lado e com as mais distintas tarefas, mantendo uma distância formal, quase ostensiva, com a comunidade, não partilhando nenhum dos seus momentos.

Têm capela própria na casa, onde vai o padre, ou têm padre na família para cumprir as obrigações dominicais, fazer os casamentos de família e os baptizados. Reúnem-se frequentemente em família, recebendo os primos de fora.

Os filhos estudam nos colégios do Porto ou Lisboa, seguem carreiras militares ou públicas nas colónias ou na metrópole, independentemente dos regimes políticos.

No século XIX, dividiram-se entre Absolutistas e Liberais e com a República alguns optaram por esta causa, preservando assim o seu estatuto.

Constituem a elite aristocrática tradicional, mantendo, no quadro do liberalismo, a capacidade de elegíveis a deputados.

b) - Os grandes proprietários agrícolas têm uma posição social forte e activa junto da comunidade, aparecendo como os mordomos das festas; são líderes das procissões, pegando ao púlpito; fazem os peditórios para a igreja (representados pelos filhos); ocupam os lugares cimeiros durante os momentos do culto na igreja; são sepultados à entrada ou em lugar de destaque no cemitério que mandaram fazer, em pedra lavrada, para a família.

Têm propriedades agrícolas compostas por casa de granito de dimensão notória, montes e gados de grandes porte: sempre mais do que uma junta, que mantêm durante todo o ano e suas crias.

Avaliam as suas propriedades através do gado de grande porte, do milho produzido e do estrume: pelo número de cabeças de gado e pelo número de carros de milho, extrapolam da dimensão da terra arável e, pelos carros de estrume produzidos, conhecem a dimensão dos montes e sua capacidade de fornecimento de matos fertilizantes. Deste modo, exibem o seu poder e prestígio perante os locais e posicionam-se para, no mercado matrimonial, casarem os filhos/as com os do mesmo grupo.

Nenhum dos filhos emigram para actividades sazonais.

Deslocam-se a cavalo, exibindo-se em lugares públicos.

Por questões de prestígio, não têm gado de pequeno porte, sendo este facto indicador, na parte sul do concelho, de condição social inferior.

Matam, todos os anos em Dezembro, um ou mais porcos, conservando a carne em sal durante o ano, exibindo na larga cozinha os enchidos feitos da mesma carne.

Não afirmam a sua condição de poderosos, mas influenciam, quase sempre, as decisões locais, preferindo fazê-lo de forma implícita. Controlam as propriedades, vigiam secretamente os caseiros, forçando-os ao cumprimento de obrigações. Raramente saem, senão por razões sociais, comerciais, ida a banhos, regulando e negociando permanentemente a sua posição de liderança na freguesia e no concelho.

Sentem-se permanentemente ameaçados pelos do mesmo grupo. Protegem a posição da casa, gerindo as opções matrimoniais dos filhos e a herança da casa. De entre eles, optam, preferencialmente, pelo não casamento das filhas e dificultam ou intervêm nas opções matrimoniais dos rapazes.

Definem qual dos filhos vai estudar (normalmente para os seminários - de onde sai o padre que constitui a honra da família), qual deles segue a carreira militar ou se opta pela sua colocação como caixeiro na cidade ou, ainda, se vai para o Brasil com fiança do próprio pai.

Tudo é feito com discrição e algum segredo, o que dá coerência a um comportamento aparentemente alheado e discreto.

Manifestam uma atitude de cumprimento fiel das obrigações formais da religião, ocupam sempre o mesmo lugar na igreja, o qual se distingue por ser o mais visível e proeminente, constituindo uma afirmação territorial hierárquica própria, legítima e com direito a sucessão. Ou seja, um dos filhos varões virá a substituí-lo naquele lugar.

Esperam que o filho retorne rico do Brasil. Se ele não tem sucesso não retorna, fazendo-se constar que está muito rico. Se tem o sucesso esperado, regressa à terra para confirmar as expectativas nele depositadas.

Se ultrapassa as expectativas, muda-se para a vila, para a cidade mais próxima ou para as "capitais": Braga, Porto ou Lisboa; ou então, depois de permanente "vai e torna", instala-se definitivamente no Brasil.

b.1)- Se ele é produto de retorno definitivo do Brasil, a forma primeira de identificação realiza-se na construção da casa, como primeiro indicador da família, das relações sociais simbólicas, das estratégias domésticas pré-estabelecidas e da reprodução e transformação social, como novo efeito colectivamente avaliado.

É o primeiro industrial da terra. Chega casado com uma Brasileira de origem Portuguesa, Italiana ou Austríaca, ou, se vem solteiro, casa com a filha de um proprietário, como reforço simbólico do prestígio alcançado.

Como a sua posição é produto de retorno do Brasil, a casa apresenta os elementos dessa condição: grades de ferro, janelas altas, tem árvores exóticas, vasos, portões altos, gradeamentos, lagos, caramanchão, azulejos, águas furtadas ou lanternins, tem criadas/os a viverem em tempo inteiro na casa e com funções distintas.

Visita as quintas e gosta de acompanhar as tarefas agrícolas dos caseiros. Vai com frequência à vila para falar da política com os amigos, da vida que teve no Brasil e dos bens que ainda lá possui. Frequenta os casinos e clubes que fundou ou ajudou a fundar. Apoia o jornal do seu partido, onde aparece referido sempre que faz qualquer doação de carácter filantrópico, quando chega do Brasil, algum dos filhos casa, quando se ausenta da terra para Lisboa, ou vai a banhos.

Na sua casa há livros, algumas revistas sociais e um piano, ainda que ninguém o toque, funcionando como objecto de decoração e valor simbólico. Negoceia publicamente o casamento das filhas, forçando o seu casamento com indivíduo de igual condição. A mulher é uma protectora dos pobres, uma íntima do padre, benemérita da igreja, acompanha as filhas em visitas a amigas da mesma condição, tem primos e primas com

quem troca correspondência, acompanha os namorados secretos das filhas, com quem podem não chegar a casar, por decisão dos pais.

Tem ideias políticas arrojadas, fala de viagens de comboio e de barco, mas nunca confessa como ganhou dinheiro no Brasil. Apela à honra e ao trabalho que lhe deu sucesso e nunca é contestado.

Manda construir um mausoléu para a família para onde manda transladar os pais, de que é um devoto e a eles apela como referenciais da sua sorte, posição e conduta.

b.2)-Se se instala na cidade, participa na vereação, é mesário das confrarias, benemérito das instituições, viajante, letrado, capitalista, o que justifica a sua falta de ocupação. Vai ao clube, lê os jornais em lugar público, veste-se de branco, traz um óculo que utiliza em todas as ocasiões, é procurado para dar conselhos, papel em que se insinua e cultiva. É conhecedor dos segredos do sucesso, padrinho dos filhos que tem secretamente. Mantém regularmente uma amante, situação que todos ignoram voluntariamente. Chega a Presidente da Câmara. Faz doações para a igreja, mas diz-se não religioso. Tem os filhos a estudar nos colégios ou em Coimbra. Não há novidade na cidade que não surja pelas suas próprias mãos. Cultiva a inimizade política. No seu túmulo prefere o seu busto ou uma imagem escultórica feminina com ar de uma qualquer santa, aos sinais cristãos.

Tem casa na grande cidade, onde frequenta a ópera e o teatro, frequenta as termas, vai a banhos à Póvoa do Varzim, joga no casino. Aparece reconhecido na toponímia da cidade e após a morte, faz-se perpetuar em retratos a óleo, na galeria dos doadores e beneméritos da Confraria da Misericórdia local.

Em ambos os casos, o sucesso geracional dependeu de vários factores: do poder e grau de prestígio do ascendente, da adequada aplicação de capitais, da forma como foram geridas as estratégias matrimoniais, a herança e a instrução. Estes factores facilitaram a ocupação de cargos de destaque público na administração, deslocando-se alguns dos descendentes para a grande cidade, reflectindo-se o quadro social e familiar de origem.

O insucesso geracional decorre da má aplicação das economias em acções e propriedades agrícolas, ambas sujeitas às depressões e crises económicas, levando à falência de algumas famílias, e também devido ao empenhamento excessivo na vida político-partidária, sem que viesse a obter resultados desse envolvimento.

O modo como é gerida a memória da família leva a que a comunidade mantenha em reserva a família, respeitando a excelência do passado dos ascendentes, na expectativa de novo momento de sucesso igual aos seus ascendentes, a que todos se referem.

As expressões : "tal pai tal filho" e "quem sai aos seus não degenera", "filho de peixe sabe nadar", reproduzem uma ideia interiorizada pelo colectivo de reprodução de estatutos e da estratificação social, aplicado como sendo de valorização e legitimação dos ricos bem sucedidos e seus descendentes. Mais exigente é com os pobres e socialmente desprestigiados com a expressão: "quem torto nasce, tarde ou nunca se endireita" e "nunca peças a quem pediu, nem sirvas a quem serviu".

Constituem o grupo dos eleitores e elegíveis a deputados e ao município.

Grupo 2 :

Este grupo é composto por proprietários, pequenos agricultores e comerciantes (estes são por vezes donos de pequenas propriedades), definível como grupo intermédio, sociologicamente ambíguo, podendo alguns deles aproximar-se do grupo 1.

Têm casa própria, propriedade de pequena ou média dimensão, que se encontra dividida entre terra de regadio e sequeiro. Conseguem ter uma ou mais juntas de animais de grande portes.

Por vezes, vendem alguns animais no Inverno, por incapacidade de os alimentar. Têm alguns animais de pequeno porte: ovelhas ou cabras e negocea as crias. Alimenta um porco para alimentar a família no Inverno. O agregado familiar é composto pelo casal, descendentes directos e um criado.

Colocam os filhos na cidade como caixeiros, suportando as custas desta aprendizagem, donde saem para o Brasil. Constituem a força produtiva da comunidade e parte integrante da sua dinâmica produtiva.

Têm grande capacidade em diversificar a obtenção de rendimentos provenientes de várias fontes, como pequenos negócios e ofícios.

Caracterizam-se como os que mantêm durante o ano um rendimento regular e suficiente para manter a família e cumprir obrigações perante as autoridades civis e religiosas.

Cuidam do bom nome e negociam uma posição estável na comunidade.

Não valorizam a instrução, dado que para eles é mais importante a força do trabalho do que o saber. Tiveram todo um percurso no Brasil, em trabalho dependente, sem nunca construírem aí negócio próprio.

No retorno, são frequentadores das feiras e animadores das romarias. Se saíram em família para o Brasil não regressam. Se saem individualmente reforçam a posição familiar, pagam as dívidas, compram pequenas quintas, aumentam a casa mãe, introduzem melhorias na exploração agrícola, adquirem prestígio.

Não se apresentam com tiques vinculados do "Brasileiro" rico e urbano, reproduzindo as mesmas vivências do lugar e do tempo de saída.

Constituem, no quadro eleitoral, o grupo dos eleitores não elegíveis a deputados.

Grupo 3:

Neste grupo situam-se os pobres. É composto pelos do grupo anterior que têm dificuldades em cumprir as obrigações referidas, ou não as cumprem com regularidade, gerindo com deficiências o quotidiano, apresentado comportamentos que dificultam a sua capacidade negocial de permanência na mesma quinta como rendeiros ou caseiros. É o grupo dos artesãos, pedreiros, carpinteiros, mineiros e colmadores, às vezes trabalhando numa pequena terra, arrendada e pouco produtiva.

Se são donos de pequenas parcelas de terra, mantêm-se em permanente situação de negociação de dívidas, chegando mesmo a ter de as vender, ocupando, por isso, em pleno, o lugar do fundo.

Aceitam qualquer posição de sobrevivência. São criados de servir, muito dependentes, apresentam fraca mobilidade social e pouca capacidade negocial, dada a fragilidade da sua posição económica. Como criados, vivem em casa dos senhorios a tempo inteiro, permanecendo solteiros na casa ou se casam, fazem-no com outras criadas ou jornaleiras. Podem permanecer na casa ou sair como caseiros para alguma propriedade próxima ou em outras freguesias, negociando a sua juventude no arrendamento.

Na família, existe uma ou duas cabras que alimentam de leite, as crianças.

Saem para o Brasil em família ou protegidos e afiançados pelo patrão da terra se são caseiros. Se têm sucesso no Brasil, na geração seguinte dá-se a regressão social por falta de estratégias: nem sempre investem na instrução dos filhos, negoceiam deficientemente a herança e o casamento, rarefazendo novamente a propriedade acumulada, surgindo os netos na posição de empregados comerciais e domésticas.

Constituem a mão-de-obra que fica disponível, após as colheitas, saindo em Setembro e Outubro para o Alentejo, ou emigram para o Brasil como engajados (contratados), clandestinos, apoiados por algum proprietário ou "Brasileiro" da terra e raramente retornam, senão para rever os pais: «O filho voltou ao Pará; e, ainda que lhe deixasse cabedais bastantes para viver com folga, ela retomou os seus farrapos, o seu engajo com que removia o tojo podre dos chiqueiros, e em breve estava tão sórdida como antes.»⁹

Constituem, no quadro eleitoral, o grupo dos excluídos. Não são eleitores nem elegíveis.

CONCLUSÃO

A ideia predominante de que os emigrantes que saíram para o Brasil eram pobres e que não eram ninguém na sua terra, é aqui refutada. Também evidenciamos que o retorno constituiu uma estratégia de confirmação e reprodução do estatuto social dos ascendentes como elites locais.

Para dar resposta a uma primeira questão colocada, (*Em que medida a estrutura social e espacial constrangeu ou facilitou a emigração para diferentes itinerários migratórios, entre 1834 e 1926?*) definimos estruturas sociais, face a critérios de análise diferencial, para o ano de 1881, verificando a existência de uma elite de 4% de elegíveis a deputados, constituída predominantemente por proprietários, 34% de eleitores não elegíveis, sendo 13% proprietários e 21% agricultores e artesãos e, 62% de activos, não eleitores, nem elegíveis; verificámos, para o território, a distribuição dos diferentes estatutos sócio-profissionais, já que decorrem de realidades e vivências económicas particulares e relacionámo-las com a migração e emigração.

Assim, foi-nos possível inferir da existência de uma relação entre o território, lugar social e os diferentes destinos migratórios e emigratórios; os proprietários não saíam para destinos regionais com a finalidade de obter proventos; os proprietários e agricultores constituíam 40% do total de emigrantes entre 1834 e 1926, escolhendo, como destino preferencial, o Brasil; os emigrantes naturais de Fafe, mas residentes no Porto, eram predominantemente negociantes, lavradores, carpinteiros, alfaiates; os grupos económica e socialmente frágeis (criados, jornaleiros e trabalhadores) migram para destinos regionais, regressando ao fim de um período curto de tempo (migração sazonal).

Sobre a segunda questão, (*Qual foi a importância da emigração nas estratégias de reprodução e/ou mobilidade social?*), verificámos que a migração e a emigração se inseriam em estratégias diferenciadas de reprodução de estatutos sociais distintos, ou seja, que tanto a migração como a emigração não provocaram mobilidade social. No que se refere ao retorno do Brasil à terra de origem, concluímos que este era feito pelos filhos das elites locais, inscrevendo-se esta atitude no sistema de estratégias de confirmação e reprodução do estatuto social dos ascendentes, a qual se legitimava com a construção das

casas, com ocupação de lugares políticos e sociais, com actos de filantropia, fazendo-se referir na imprensa, reafirmando o conceito de que não era rico quem tinha, mas quem dava.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos C. “Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar”, in *Análise Social*, nº. 40, 1974, PP.778-788
- ALVES, Jorge Fernandes, “Emigração Portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX”, *Revista de História*, Vol. IX, Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp. 267-289
- ALVES, Jorge Fernandes, “Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista”, in PEREIRA, Míriam Halpern, e outros, (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp- 78-97
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994,
- AMORIM, Maria Norberta, “A família e a sua relação com o meio - Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída”, separata do *Boletim do Instituto da Ilha Terceira*, Vol. XLVII, 1989.
- AMORIM, Maria Norberta, “Emigração em Três Paróquias do Sul do Pico (do século XVIII a 1930) - Abordagem micro-analítica”, in PEREIRA, Míriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 249-277.
- AMORIM, Maria Norberta, “Emigração: uma variável demográfica influente. O comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890”, in ROEL, Antonio Eiras, *Emigracion Española y Portuguesa A America* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografia Histórica, Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 137-146.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional”, *Estudos Demográficos*, nº30, Lisboa, I.N.E., 1991, pp. 31-39.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A emigração portuguesa - suas origens e distribuição*, Instituto de Cultura e língua portuguesa - Ministério da Educação, 1983
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A Evolução Demográfica Portuguesa*, Lisboa, ICLP, 1984.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, e ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Bibliografia da Emigração Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Português à Distância, 1984.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Portugal: Perfil geográfico e social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1985
- BERTAUX, Daniel, *Destinos Pessoais e Estruturas de Classe*, Lisboa, Moraes Editores, 1978.
- BESSA LUIS, Agustina, *A Sibila*, Lisboa, Guimarães Editores, 1995
- BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- BRANDÃO, Maria de Fátima, “O bom emigrante à casa torna”, in PEREIRA, Míriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 163-183.
- BRANDÃO, Maria de Fátima, *Terra, Herança e Família*, Porto, Afrontamento, 1994.
- BRETTEL, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam - consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, D. Quixote, 1991.
- CAPELA, José V, *O Minho e os seus Municípios, Estudos Económico-Administrativos sobre o Município Português nos Horizontes da Reforma Liberal*, Universidade do Minho, Braga, 1995.
- CARRILHO, Maria José: “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português”, *Estudos Demográficos*, nº 30, Lisboa, I.N.E., 1991
- CLAVAL, Paul, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina, 1982.

- COSTA, Afonso, *Estudos de Economia Nacional: o Problema da Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- DIAS, Jorge, “Algumas considerações acerca da estrutura social do povo português”, *Ensaio Etnológicos*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1961.
- DURÃES, Margarida, “Herdeiros e não herdeiros; nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta”, *Revista de História Económica e Social*, nº 21, 1987, pp. 47-56.
- EVANGELISTA, João, *Um Século de População Portuguesa*, Lisboa, I.N.E, 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Para uma política de emigração”, in *As Ciências Humanas: Ensino Superior e investigação Científica em Portugal. Algumas achegas preliminares*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências Humanas e Sociais, 1982, pp. 87-94.
- IACKSON, John A., *Migrações*, Lisboa, Escher. 1991.
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional, Portugal, 1810-1913*, 2 volumes, Lisboa, Vega, 1989.
- MARTINS, Oliveira, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães & Cª Editores, 1956.
- MENDES J. Amado, “Evolução da economia portuguesa”, in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. V, Círculo De Leitores, 1993, pp.315-324.
- MENDES, José Amado, “O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos”, in *Análise Social*, nºs 116-117, 1992, pp. 357-365.
- MONTEIRO, Miguel, *Fafe dos "brasileiros" (1861)-1930) - Perspectivas histórica e patrimonial*, Fafe, ed. de autor, 1991
- NUNES, João Arriscado, e GONÇALVES, Albertino Ribeiro, “Casa, Comunidade e Espaço Institucional”, *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1986, 100-112.
- O'NEILL, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros - Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1984.
- OLIVEIRA, Aurélio, “A Renda Agrícola em Portugal durante o Antigo Regime”, *Revista de História Económica e Social*, nº 6, 1980, pp. 1-56.
- PEREIRA, Halpern, *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.
- PEREIRA, Maria Palmira da Silva, *Fafe - Contributo para o Estudo da Linguagem, Etnografia e Folclore do Concelho*, Coimbra, Casa do Castelo, 1952
- PEREIRA, Míriam Halpern, “Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa”, in *Análise Social*, nº108-109, 1990, pp. 735-739.
- PEREIRA, Míriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/Imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993.
- PINA-CABRAL, João de, e outros, “A casa do noroeste - um encontro pluridisciplinar”, in *Análise Social*, nº95, 1987, pp.151-163.
- PINA-CABRAL, João de, *Contextos da Antrologia*, Lisboa, Difel, 1991
- PINA-CABRAL, João de, *Filhos de Adão, Filhos de Eva - a visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.
- Enciclopédia Einaudi, Vol. 8, Imprensa Nacional C. M., 1986
- RIBEIRO, Orlando, *Geografia e Civilização*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991
- RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 6ª edição, 1991.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira, “As Estruturas Populacionais”, in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1933, pp.197-241

RODRIGUEZ, Lorenzo Cachón, *Movilidad social o trayectorias de clase?*, Madrid, Siglo XXI de España editores, 1989.

ROEL, Antonio Eiras (ed.), *Consideraciones sobre la emigración española a America y su contexto demográfico*, (Actas del II Congreso de la asociación de Demografía Histórica, Alicante, Abril de 1900), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991.

ROWLAND, Robert, “Emigración, estructura y región en Portugal (siglos XVI-XIX)”, in ROEL, Antonio Eiras, *Emigración Española y Portuguesa n America* (Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Alicante, Abril de 1990), Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, 1991, pp. 137-146.

SERRÃO, Joel (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Porto, Liv. Figueirinhas, 1981.

SERRÃO, Joel e outros, *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Honzonte, 1976.

SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa*, 2ª edição, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

SHILS, Edward, *Centro e periferia*, Lisboa, Difel, 1991

SILBERT, Albert, *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.

SILVA, Manuel Carlos F. da, *Resistir y adaptarse - constreñimientos y estrategias campesinas en el noroeste de Portugal*, Amsterdam: universidad de Amsterdam, 1994.

SILVA, Rosa Fernanda Moreira da, “Contrastes e Mutações na Paisagem Agrária das Planícies e Colinas Minhotas”, *Studium Generale*, n° 5, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, pp. 9-117.

SIMÕES, Nuno, *O Brasil e a Emigração portuguesa (notas para um estudo)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934.

TELES, Moreira, *O Brazil e a Emigração*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.

TELLES, Moreira, *Emigração Portuguesa para o Brazil*, Lisboa, Liv. Ventura Abrantes, 1913.

TRINDADE, M. Beatriz Rocha, “Refluxos Culturais da Emigração Portuguesa para o Brasil”, in *Análise Social*, nº 90, 1986, pp. 139-156.

VAQUINHAS, Irene, “A condição camponesa entre o mito e realidade”, in Mattoso, José, *História de Portugal*, Vol. V, Circulo De Leitores, 1993, pp.479-492

VAQUINHAS, Irene, «A condição camponesa entre o mito e realidade», in Mattoso, José, (Dir.) *História de Portugal*, Vol. V, Circulo De Leitores, 1993

VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Lisboa, Tomo I, Liv. A. M. Pereira, 1886.

WALL, Karin, “Classe social, família e emigração. Uma análise diferencial das trajectórias dos migrantes de origem rural”, in PEREIRA, Míriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993., pp. 184-192.

WESTPHALEN, Cecília Maria, e BALHANA, Altiva Pilatti, “Política e legislação imigratórias brasileiras e a imigração portuguesa”, in PEREIRA, Miriam Halpern, e outros (eds.), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, 1993., pp. 17-27.

FONTES

Censo da População do Reino de Portugal, no 1º de Dez. de 1890, Vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900

Diário do Governo, Decreto de 30 de Setembro de 1852

Recenseamento dos eleitores e elegíveis para deputados e mais cargos públicos, a que se procedeu para o ano de 1881 a 1882

Registo de passaportes do Arquivo Municipal de Fafe

ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Tabela 1- Profissões dos naturais e residentes que migraram entre 1834-1862, por grupos sócio-profissionais</i>	<i>6</i>
<i>Tabela 2- Profissões dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926</i>	<i>8</i>
<i>Tabela 3 - Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926</i>	<i>9</i>
<i>Tabela 4 - Profissões dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885.....</i>	<i>11</i>
<i>Tabela 5 - Profissões dos migrantes e emigrantes.....</i>	<i>12</i>
<i>Tabela 6 - Destinos dos migrantes entre 1834 e 1862</i>	<i>14</i>
<i>Tabela 7 - Destinos dos naturais de Fafe e que emigraram entre 1834-1926 e dos naturais mas residentes no Porto e que emigraram entre 1836-1885.....</i>	<i>17</i>
<i>Tabela 8 - População de facto do concelho de Fafe segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo, em 1890.....</i>	<i>21</i>
<i>Tabela 9 - Profissões/ocupações por sector de actividade, em 1881.....</i>	<i>26</i>
<i>Tabela 10 - População total, activa e eleitoral.....</i>	<i>28</i>
<i>Tabela 11 - Profissões dos elegíveis e não elegíveis a deputados em 1881.....</i>	<i>29</i>
<i>Tabela 12- Estrutura social do concelho em 1881.....</i>	<i>32</i>

ÍNDICE

MIGRANTES, EMIGRANTES E “BRASILEIROS”	1
estruturas sócio - económicas e comportamentos sociais diferenciados.	1
1.Indivíduos, estruturas sociais e mobilidade.....	3
1.1. Estatutos sócio - profissionais da migração.....	4
1.2. Estatutos sócio-profissionais dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe	8
1.2.1.Profissões agrupadas dos emigrantes naturais e/ou residentes em Fafe entre 1834 e 1926	8
1.3.Profissão dos emigrantes naturais de Fafe e residentes no Porto	11
2. Destinos da Migração e da Emigração	14
2.1.Destinos da migração	14
2.2.Destinos da emigração.....	17
3. Território, estratificação social e mobilidade	18
3.1.Estratificação sócio-económica	20
3.2.Estratificação sócio-eleitoral - 1881	22
3.2.1.Estrutura sócio - eleitoral, por sectores de actividade - 1881	25
3.3. Elites e excluídos: os elegíveis a deputados, os eleitores e os excluídos do processo eleitoral.....	27
3.4.Estratificação sócio-eleitoral e hierarquias sociais	28
3.4.1.Proprietários elegíveis e não elegíveis	29
3.4.2.Eleitores não elegíveis.....	31
3.4.3.Excluídos do processo eleitoral.....	31
3.5.Estratificação social simbólica e mobilidade.....	34
CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA.....	46
FONTES.....	49
ÍNDICE DE FIGURAS	49